

Notas explicativas às demonstrações contábeis encerradas em 31/12/2021 e 31/12/2020 da
Fundação da Casa da Joaquina.

1. Contexto Operacional

A Fundação Casa da Joaquina (“**Entidade**”) é uma associação civil, sem finalidade econômica, de natureza privada e caráter filantrópico cujas atividades iniciaram-se em 21 de novembro de 2005. A Entidade está localizada na Estrada da Água Branca, 640 – Magalhães Bastos – Rio de Janeiro/RJ e suas atividades regem-se por seu estatuto social e pelo disposto na Lei 9.790 de 23 de março de 1999, e decreto nº 3.100 de 30 de junho de 1999 e demais disposições legais aplicáveis, sendo sua duração por prazo indeterminado.

A **Entidade** tem por finalidade amparar crianças, adolescentes e idosos, prestando atendimento, orientação cultural e educacional, capacitação de familiares e carentes em qualificação profissional, abrangendo alfabetização de adultos; orientar e assessorar seus beneficiários e familiares acerca dos seus direitos de cidadania das crianças, adolescentes e idosos; criar e manter oportunidades educativas para aperfeiçoamento, especialização e qualificação de profissionais envolvidos na área; desenvolver ações voltadas para a garantia e defesa dos direitos das crianças, adolescentes e idosos; motivar a comunidade a melhorar e conhecer a causa da criança, do adolescente e idoso e a cooperar com as entidades interessadas na sua defesa; contribuir para intensificação de intercâmbios entre as entidades, associações e instituições, com observância do disposto no parágrafo único, artigo 3º da Lei nº 9.790 de 23/03/1999.

2. Políticas Contábeis

2.1. Base para Apresentação

As demonstrações financeiras da **Entidade** para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas NBC TG 1000 (R1) e orientações contidas na interpretação ITG 2002 (R1) – Entidades sem Finalidade de Lucros, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) por meio da resolução 1.409/12.

2.2. Principais Práticas Contábeis

São as seguintes principais práticas contábeis adotadas para a elaboração destas demonstrações financeiras:

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Instituição e sua moeda de apresentação.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Estão registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Imobilizado

A Entidade optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído, considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Entidade, e (ii) o ativo imobilizado da Entidade é segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades sociais. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, de acordo com as taxas informadas na Nota Explicativa nº 5.

Outros Ativos e Passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da **Entidade** e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a **Entidade** possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e os passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

As práticas contábeis para registo e divulgação de ativos e passivos contingente e obrigações legais são as seguintes: (i) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados; (iii) obrigações legais são registradas como exigíveis independente de avaliação sobre as probabilidades de êxito dos processos em que a **Entidade** questiona a constitucionalidade dos tributos.

Tributos

A **Entidade**, por ser sem fins econômicos, não está sujeita à incidência do imposto de renda, nem da contribuição social sobre os resultados apurados em cada exercício. Todavia, contribui com o imposto de renda incidente sobre os ganhos em aplicações financeiras de

renda fixa ou variável, mediante a retenção por parte das instituições financeiras, nas quais as aplicações financeiras são realizadas.

Apuração do Resultado – Receitas e Despesas

As receitas oriundas de doações são registradas mediante documento hábil, quando da efetiva entrada dos recursos. Todas as demais receitas e despesas necessárias à manutenção das suas atividades são registradas pelo regime de competência.

Não há previsão para devolução das doações ao doador, adicionalmente a Administração da **Entidade** possui autonomia para a destinação das respectivas doações e não há projetos em que há a efetiva correlação entre a doação recebida e a despesa a ser incorrida.

As receitas com serviços recebidos são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a **Entidade** haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. Essas receitas são reconhecidas no resultado do exercício.

Os custos com programas assistenciais são registrados quando os respectivos gastos são incorridos. Todas as demais receitas e despesas necessárias à manutenção das suas atividades são registradas pelo regime de competência.

Julgamentos, Estimativas e Premissas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras da **Entidade** requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação são: a) vida útil do imobilizado, b) mensuração de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A administração monitora e revisa periódica e tempestivamente estas estimativas e suas premissas.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

| A | 2021 | 2020 |
|------------------------|-------------------|-------------------|
| S | | |
| Bancos Conta Movimento | 34,00 | 55,50 |
| Aplicações Financeiras | 137.660,54 | 134.608,86 |
| A | | |
| Total | 137.694,54 | 134.664,36 |

As aplicações financeiras são representadas por investimento em título de renda fixa lastreados por títulos públicos federais, em instituições financeiras de primeira linha, com prazo de vencimento para resgate menor de 90 dias.

4. Créditos a receber

O Contas a receber se refere Convênio firmado entre a Entidade e Secretaria Municipal de Educação no exercício de 2019, Convênio de nº 09/2019 junto à Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro através da subsecretaria de ensino da 8ª Coordenadoria Regional de Educação (8ª CRE) no montante de R\$ 720.000,00 assinado em 28/02/2019, referente ao período de março de 2019 a fevereiro de 2021.

Este termo de fomento foi alterado quatro vezes conforme os aditivos: 1º Aditivo em 26/11/2019 alterou o cronograma de pagamento das parcelas; o 2º Aditivo atualizou o valor global em R\$ 50.000 passando para R\$ 770.000,00 em 26/11/2019; o 3º Aditivo reduziu o valor global em R\$ 48.750,00 passando para 721.250,00 em 28/01/2021 em razão da Covid-19, conforme decreto 47.460/2020; e o 4º termo aditivo prorrogou o Termo de fomento 09/2019 por mais 12 meses, ou seja, até fevereiro de 2022, além disso, aumentou o em R\$ 390.000 passando o valor global para o montante de R\$ 1.111.250,00, em 26/02/2021, os valores foram recebidos da seguinte forma:

| Termo de Fomento 09/2019 | | |
|--------------------------|----------------|----------------|
| | 2021 | 2020 |
| Saldo anterior | 163.321 | 488.320 |
| Termo 09/2019 | - | - |
| 2º Aditivo | - | - |
| 3º Aditivo | (48.750) | - |
| 4º Aditivo | 390.000 | - |
| Ajustes | (10.000) | - |
| Recebimentos | (392.439) | (324.999) |
| Saldo a executar | 102.132 | 163.321 |

5. Adiantamentos e o outros créditos

| | 2021 | 2020 |
|---------------------------------|------------------|-----------------|
| Adiantamentos salariais | 2.484,20 | - |
| Adiantamento de férias | 9.054,20 | 3.065,89 |
| Total de adiantamentos | 11.538,40 | 3.065,89 |
| Outros | 8.620,31 | - |
| Total de outros créditos | 8.620,31 | - |
| Total | 20.158,71 | 3.065,89 |

6. Imobilizado

| Custo | % - Taxa de Depreciação Anual | 31/12/2021 | (Adições) / Ajustes | Baixas | Transferências | 31/12/2020 |
|--------------------------------|-------------------------------|--------------------|---------------------|---------------|-----------------------|--------------------|
| Bens sem restrição | | | | | | |
| Máquinas e equipamentos | 10 | 16.436,00 | 5.100,00 | - | - | 11.336,00 |
| Móveis e Utensílios | 10 | 6.549,29 | - | - | - | 6.549,29 |
| Benfeitorias | 10 | 34.615,25 | - | - | - | 34.615,25 |
| Total | | 57.600,54 | 5.100,00 | - | - | 52.500,54 |
| Depreciação/Amortização | | | | | | |
| | | 31/12/2021 | Adições | Baixas | Transferências | 31/12/2020 |
| Bens sem restrição | | | | | | |
| Máquinas e equipamentos | | (3.587,60) | (1.378,52) | - | - | (2.634,08) |
| Móveis e Utensílios | | (6.549,29) | - | - | - | (6.549,29) |
| Benfeitorias | | (30.725,11) | 589,22 | - | - | (31.314,33) |
| Total | | (41.287,00) | (789,30) | - | - | (40.497,70) |
| Imobilizado líquido | | 16.313,54 | (789,30) | - | - | 12.002,84 |

Vale ressaltar que, para o Terreno da Fundação, A senhora Sônia, uma das herdeiras dos proprietários do imóvel na Estrada da Água Branca, 640 Magalhães de Bastos, cedeu a utilização do imóvel a Fundação Casa da Joaquina de forma gratuita, enquanto essa desenvolver trabalho assistencial voltado a crianças carentes, e enquanto promove o inventário dos proprietários.

7. Fornecedores

| | 2021 | 2020 |
|--------------------------------|---------------|-----------------|
| Light Serviços de Eletricidade | 508,40 | 143,72 |
| S.W Comércios e S. Comunicação | 139,90 | - |
| Outros | - | 1.415,46 |
| Total | 648,30 | 1.559,18 |

8. Obrigações trabalhistas

| | 2021 | 2020 |
|--------------------------------|------------------|------------------|
| Salários e ordenados | 8.967,92 | 5.902,36 |
| Encargos trabalhistas | 5.103,63 | 3.546,56 |
| Provisões de férias e encargos | 21.549,99 | 15.442,02 |
| Total | 35.621,54 | 24.890,94 |

9. Recursos de projetos em execução

Convênio firmado entre a Entidade e Secretaria Municipal de Educação no exercício de 2019, Convênio de nº 09/2019 junto à Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro através da subsecretaria de ensino da 8ª Coordenadoria Regional de Educação (8ª CRE).

| | |
|-------------------------|---------------------|
| Convênio 09/2019 | 1.111.250,00 |
| Realizado em 2019 | (95.207,75) |
| Realizado em 2020 | (386.331,53) |
| Realizado em 2021 | (412.624,18) |
| Saldo a realizar | 217.086,54 |

10. Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido é constituído por doações acrescidos de superávits e subtraído de déficits acumulados desde a constituição da **Entidade**. Os superávits acumulados serão destinados à manutenção das atividades, em atendimento aos dispositivos legais vigentes, aplicáveis às instituições filantrópicas.

| | 2021 | 2020 |
|-----------------------------------|------------------|---------------|
| Patrimônio Social | 7.960,66 | 7.960,66 |
| Superávit/ (Déficit) acumulados | (7.817,41) | (28.057,11) |
| Superávit/ (Déficit) do exercício | 22.799,49 | 20.005,13 |
| Ajustes de exercício anteriores | - | 234,57 |
| Total | 22.942,74 | 143,25 |

11. Receitas Operacionais

| | 2021 | 2020 |
|-------------------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Receitas com Restrições | 413.985,47 | 402.527,72 |
| Convênio com a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro | 403.262,02 | 388.705,53 |
| PNAE | 10.723,45 | 13.822,19 |
| Receitas sem Restrições | 178.616,23 | 163.309,16 |
| Doações de Não Associados | 20.972,23 | 18.301,16 |
| Serviços de Voluntários | 157.644,00 | 145.008,00 |
| Total | 592.601,70 | 565.836,88 |

12. Custos operacionais

| | <u>2021</u> | <u>2020</u> |
|----------------------------------------------------------|---------------------|---------------------|
| Custos e despesas com desenvolvimento de projetos | | |
| Com Pessoal e Encargos | (160.496,38) | (125.275,97) |
| Ajuda de Custos à Voluntários | (125.711,55) | (101.070,50) |
| Ocupação | (14.550,92) | (5.956,35) |
| Energia elétrica | (3.256,27) | (1.938,72) |
| Materiais de escritório | (4.689,91) | (553,26) |
| Material de uso e consumo | (29.355,16) | (22.761,54) |
| Financeiras | (1.753,99) | (1.938,70) |
| Cartórios | (5.587,08) | (57,47) |
| Seguros | (588,60) | (572,74) |
| Tributárias | (1.688,61) | (1.510,40) |
| Baixa de itens do ativo circulante | - | (106.919,35) |
| Eventos | (3.750,00) | - |
| Outros gastos | (3.520,00) | (275,90) |
| Total | (354.948,47) | (368.830,90) |
| Despesas Operacionais | (57.209,74) | (31.992,85) |
| Despesas administrativas | (47.743,73) | (24.991,00) |
| Depreciações/amortizações | (789,30) | (3.973,36) |
| Outras despesas | (8.676,71) | (3.028,49) |
| Total | (412.158,21) | (400.823,75) |
| Serviços de voluntários | | |
| Serviços de educação | (141.540,00) | (130.200,00) |
| Serviços de cozinha | (16.104,00) | (14.808,00) |
| Total | (157.644,00) | (145.008,00) |
| Total dos custos e despesas | (569.802,21) | (545.831,75) |

13. Isenções Usufruídas e Renúncia Fiscal

Em atendimento a ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, aprovada pela resolução CFC 1.409, a **Entidade** apresenta a seguir o montante de renúncia fiscal apurada nos exercícios de 2021 e 2020 caso a obrigação devida fosse. Para isso, em nosso julgamento, consideramos os estimados de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função da **Entidade** não ter a obrigação de possuir escrituração fiscal, tal como, escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos.

A composição é a seguinte:

| | 2021 | 2020 |
|---------------------------------------------|------------------|------------------|
| PIS e COFINS (1,60% e 7,6% s/ as receitas) | 54.815,66 | 52.339,91 |
| ISS (5% s/ as receitas) | 29.630,09 | 28.291,84 |
| IRPJ e CSLL (34% s/ superávit do exercício) | 7.751,83 | 6.801,74 |
| Total | 92.197,58 | 87.443,49 |

14. Instrumentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2021, a **Entidade** possuía instrumentos financeiros representados substancialmente por aplicações financeiras de renda fixa. Os saldos apresentados nos balanços patrimoniais, levantados naquelas datas, representam o valor de custo acrescido de seus rendimentos e não possuem evidências objetivas de redução do valor recuperável. A **Entidade** não possuía operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

15. Eventos subsequentes

Em 2022 a **Entidade** iniciou um processo de reestruturação administrativa, contratou um gestor para coordenar as áreas administrativas, financeira e compliance. Para atender o que determina a Lei 13.709/2018 a **Entidade** começou a implantação de normas internas para se enquadrar a LGPD.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2021.

MARIA ROSA
BAIROS:
26004437700

Maria Rosa Bairos
Presidente
CPF:

JORGE FERNANDES
JORDÃO:
26817942772

Jorge Fernandes Jordão
TC: CRC/RJ 025761/O-6
CPF:

| | | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------|---------------------------------------------------|---------------------------------------|
|  | | REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL | |
| CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA | | | |
| NÚMERO DE INSCRIÇÃO 08.103.421/0001-50 MATRIZ | COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL | | DATA DE ABERTURA 21/11/2005 |
| NOME EMPRESARIAL FUNDAÇÃO CASA DA JOANINHA | | | |
| TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) FUNDAÇÃO CASA DA JOANINHA | | | PORTE DEMAIS |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais | | | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente | | | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 306-9 - Fundação Privada | | | |
| LOGRADOURO EST DA AGUA BRANCA | NÚMERO 640 | COMPLEMENTO ***** | |
| CEP 21.735-012 | BAIRRO/DISTRITO MAGALHAES BASTOS | MUNICÍPIO RIO DE JANEIRO | UF RJ |
| ENDEREÇO ELETRÔNICO cjmiranda@unitech-rio.com.br | | TELEFONE (21) 3465-5133/ (21) 9458-8004 | |
| ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) ***** | | | |
| SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA | | DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 21/11/2005 | |
| MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL | | | |
| SITUAÇÃO ESPECIAL ***** | | DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL ***** | |

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **08/03/2023** às **16:29:37** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
Secretaria Municipal de Fazenda

ALVARA DE LICENÇA PARA ESTABELECIMENTO

Nº Autenticação - 013902415356

| INSCRIÇÃO MUNICIPAL | CNPJ / CPF | PROCESSO DE CONCESSÃO | ÚLTIMO PROCESSO DE DEFERIMENTO | IRLF |
|---------------------|--------------------|-----------------------|--------------------------------|------|
| 0444355-1 | 08.103.421/0001-50 | 04/285.392/2009 | 04/285.392/2009 | 17 |

CONCEDIDO A

FUNDACAO CASA DA JOANINHA

PARA SE ESTABELECER NO(A)

ETR AGUA BRANCA , 640

REALENGO

COM AS SEGUINTE ATIVIDADES DO CÓDIGO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS (CAE)

236047 - ASSOCIACAO BENEFICENTE



COM AS SEGUINTE RESTRIÇÕES

01 - VEDADOS INCOMODOS E PREJUIZOS A VIZINHANCA

OBSERVAÇÕES

A CONCESSÃO DESTE ALVARÁ NÃO IMPORTA, ENTRE OUTROS, NO RECONHECIMENTO DE REGULARIDADE DO ESTABELECIMENTO QUANTO A QUAISQUER NORMAS APLICÁVEIS AO SEU FUNCIONAMENTO, ESPECIALMENTE AS DE PROTEÇÃO DA SAÚDE, CONDIÇÕES DA EDIFICAÇÃO, INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIOS E EXERCÍCIO DE PROFISSÕES.

Director: JORGE GUSTAVO F. DE BRITO